



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado do Ambiente**  
**Comissão Estadual de Controle Ambiental**  
**Instituto Estadual do Ambiente**

ATA SUCINTA DA REUNIÃO TÉCNICA INFORMATIVA DA SECRETARIA DE ESTADO DO  
AMBIENTE - SEA – 21/05/2015

1  
2  
3  
4 Aos vinte e um dias do mês de maio de dois mil e quinze foi realizada a Reunião Técnica  
5 Informativa - RTI do processo de licenciamento ambiental nº E-07/510.847/2011, referente à  
6 apresentação do projeto atualizado para as obras de recuperação ambiental do Complexo  
7 Lagunar de Jacarepaguá. A Reunião foi feita na Câmara Comunitária da Barra da Tijuca e iniciou-se  
8 às 19h30min. Após as saudações iniciais, o Presidente, o Sr. Mauricio Couto Cesar Junior, fez  
9 os esclarecimentos em relação à dinâmica de realização da RTI, dividida em duas fases. A  
10 primeira teve início com a explanação do Secretário de Estado do Ambiente, o Sr. André Correa,  
11 que agradeceu a presença de todos. Disse que o projeto tem como escopo central melhorar a  
12 circulação hídrica da lagoa e que foi fruto de inúmeros debates, porém, não trata de um assunto  
13 considerado fundamental a ser perseguido, que é evitar a contribuição de carga orgânica no  
14 sistema lagunar. destacou o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC estabelecido entre a  
15 Secretaria de Estado do Ambiente - SEA, o Instituto Estadual do Ambiente - INEA e o Ministério  
16 Público Estadual - MPE que, de forma bastante resumida, aprimorou o projeto original,  
17 contemplando ainda a apresentação de um diagnóstico ambiental da Bacia Hidrográfica do  
18 sistema lagunar de Jacarepaguá, mapeando as áreas que ainda contribuem com o lançamento de  
19 esgoto in natura, suas vazões e operacionalidades, observando as responsabilidades para cada  
20 atividade e providências cabíveis a serem tomadas. Em seguida, o Diretor de Licenciamento  
21 Ambiental do INEA, o Sr. Jose Maria de Mesquita Jr., fez a apresentação do histórico do  
22 processo. Disse que, durante a realização do levantamento de informações, constatou as  
23 inúmeras participações do MP, o que trouxe muitos benefícios inerentes à sua discussão e  
24 entendimento. Explicou que o processo teve início através do requerimento de Licença Prévia - LP  
25 e que o projeto original contemplava, basicamente, a dragagem das Lagoas da Tijuca,  
26 Jacarepaguá, Camorim, Marapendi e Canal da Joatinga, com extensão dos molhes e criação de  
27 uma ilha parque na Lagoa da Tijuca. Discorreu, ressaltando os questionamentos feitos pelo  
28 GATE/MPE pela não apresentação de Estudo de Impacto Ambiental - EIA e seu respectivo  
29 Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a realização do Relatório Ambiental Simplificado - RAS e  
30 a inclusão de sugestões nos itens da Instrução Técnica - IT elaborada pelo INEA. Terminou,  
31 falando da celebração do TAC. Logo após, o Subsecretário da SEA, o Sr. Antônio da Hora, fez a  
32 explicação do projeto atualizado, que visa garantir uma melhora na troca hídrica e fazer uma  
33 recuperação no entorno do Complexo Lagunar. A expectativa é que, com a implantação dessas  
34 intervenções, haja uma renovação de 60% a 100% da água das lagoas. Esclareceu que seria  
35 ambientalmente inviável a disposição do material a ser dragado no aterro sanitário de Seropédica  
36 devido a uma série de fatores, entre eles a distância e o número de caminhões. Com isso, foram  
37 levantadas as hipóteses de três áreas: 1) o Centro Metropolitano; 2) Marapendi; e 3) a Ilha  
38 Parque. Transcorreu, dizendo que com a alteração do projeto, através das contribuições feitas  
39 pelo MPE, a disposição do material dragado em parte será feito em cavas através do lançamento  
40 direto e posteriormente cobertos com material dispostos em geobags, uniformizando o fundo das  
41 lagoas. Todo esse procedimento será realizado com uma cortina antisiltagem, fazendo com que  
42 possíveis sólidos resuspendidos fiquem contidos e não prejudiquem o entorno. O restante será  
43 disposto na Ilha Artificial existente, também em geobags, em uma área central, não sendo  
44 necessário o acréscimo de seu tamanho original, reduzindo esta área a 25% da originalmente  
45 prevista. Concluiu, citando que foi detalhado cada local, origem do material a ser dragado e seu  
46 destino e que o molhe vai ser objeto de um novo licenciamento. Em seguida, foi dada a palavra ao  
47 Diretor da PH Mar Consultoria Ambiental, o Sr. Felipe Almeida. Ele falou que o trabalho foi  
48 realizado em compartimentos e baseado na legislação ambiental, com análises das águas feitas  
49 por laboratório credenciado. Foram coletadas amostras superficiais e subsuperficiais, atingindo



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado do Ambiente**  
**Comissão Estadual de Controle Ambiental**  
**Instituto Estadual do Ambiente**

50 sempre a cota que seria dragada em cada lagoa. Explicou os diversos monitoramentos para o  
51 acompanhamento das obras, com o objetivo de verificar se os metais pesados e nutrientes hoje  
52 existentes não vão ser disponibilizados pra biota. Informando que essas medições são  
53 importantes porque qualquer intervenção nas lagoas pode alterar a qualidade da água,  
54 principalmente nos parâmetros físico-químicos, oxigênio dissolvido, temperatura, pH,  
55 condutividade etc., podendo ocasionar uma proliferação de algas, liberação de suas toxinas e  
56 geração de mortandade de espécies. Ressaltou que para se ter uma cava com segurança é  
57 necessário que o ambiente tenha baixa hidrodinâmica, não ter ação de ondas e tampouco de  
58 redes de arrasto, o que é o caso do Sistema Lagunar de Jacarepaguá. Citou que a reconstrução  
59 do fundo da lagoa é benéfica e precisa ser feita. Finalizou dizendo que, do ponto de vista  
60 ambiental, o projeto é viável, desde que tomadas as medidas mitigadoras e cumpridos os planos e  
61 programas ambientais indicados. Dando continuidade aos estudos ambientais, a representante da  
62 Masterplan, a Sr.<sup>a</sup> Tatiana, fez uma complementação ao exposto pelo Sr. Felipe Almeida, citando  
63 o predomínio de oito espécies: Mangue branco, Mangue vermelho, Mangue negro, Grama de  
64 mangue, Samambaia do brejo, Taboa, Aroeira e Gigoga. Esclareceu que a área de intervenção foi  
65 reduzida para minimizar os impactos e terminou ratificando a viabilidade ambiental do projeto ao  
66 cumprimento dos planos, programas e medidas mitigadoras. Iniciando a segunda fase, os  
67 Senhores Jorge da Costa Pinto, do Conselho Regional da FAM RIO, Antônio Sampaio Neto, do  
68 Malibu, Rafael Lima e Antônio Melo, do Movimento de Despoluição do Canal das Taxas, Ibere  
69 Cesar, da Vila Panamericano, o professor David Zeer, Carlos Neves, Presidente da Câmara  
70 Comunitária de Jacarepaguá, e o Sr. Delair, fizeram suas manifestações e questionamentos onde  
71 se destacaram o Canal das Taxas, que não foi abordado no projeto, e a realização efetiva de um  
72 tratamento de esgoto sanitário em Jacarepaguá, abrangendo os rios que desembocam nas  
73 lagoas. Também foi perguntado sobre as quatro UTR'S e suas possíveis expansões e da  
74 possibilidade da realização de uma Audiência Pública em Jacarepaguá, destacou-se ainda que  
75 este projeto esta sendo esperado a cerca de 15 anos e diversas reuniões, 12 segundo o Dr.  
76 Delair, já foram realizadas na Câmara Comunitária da Barra, foi lembrado ainda que a polemica  
77 sobre a construção do emissário submarino da Barra, atrasou a obra em quase 15 anos, o que  
78 contribuiu em muito para a degradação das lagoas. Em seguida, o Procurador do Ministério  
79 Público Federal - MPF, o Sr. Sergio Suiama, expôs a sua posição. Falou que o MPF apresenta  
80 três compromissos em relação ao Projeto do Complexo Lagunar: 1) a transparência nas  
81 informações; 2) a eficiência, em que os meios adotados têm que ser adequados para o fim a que  
82 se busca; e 3) o não agravamento do dano ambiental. Questionou a divulgação do TAC, o custo  
83 das obras, a garantia da circulação hídrica com a construção do molhe, os impactos posteriores à  
84 obra e o possível aumento da salinidade nas lagoas. Indagou a falta de tratamento de esgoto  
85 sanitário no projeto, considerando a possibilidade do material a ser dragado voltar através dos rios  
86 em poucos anos, propondo a necessidade de um EIA/RIMA. Solicitou que sejam feitas obras  
87 emergenciais imediatas para retirada de matéria orgânica nas lagoas e concluiu, ratificando a  
88 necessidade da realização de uma AP em Jacarepaguá com a presença de representantes da  
89 SEA, do INEA, do MP e da CEDAE. Em seguida o Procurador do Ministério Público Federal Dr.  
90 Renato Machado, dispôs sobre a aplicabilidade da Lei de Gerenciamento Costeiro N° 7.661, para  
91 a apresentação de EIA/RIMA para este tipo de intervenção. Logo após, o professor da  
92 Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ, o Sr. Adacto Ottoni, falou brevemente sobre  
93 possibilidade da piora na balneabilidade das praias, questionou a disposição dos resíduos  
94 orgânicos em geobags nas cavas, atentando para a biodegradação e liberação de gases, o  
95 saneamento como sendo prioritário para a região e a necessidade de elaboração de EIA/RIMA  
96 mais embasado, em prol da recuperação ambiental de fato da lagoa. Nesse momento, a palavra  
97 foi passada ao Sr. André Correa, que destacou a transparência do licenciamento ambiental do  
98 projeto, das tratativas com o Ministério Público Estadual para a celebração do TAC, que por



**GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**Secretaria de Estado do Ambiente**  
**Comissão Estadual de Controle Ambiental**  
**Instituto Estadual do Ambiente**

99 orientação da Assessoria Jurídica da Secretaria, esclareceu ser esta a esfera competente para a  
100 assinatura do Termo, esclareceu ainda que o molhe continua no projeto, porém, devido às  
101 solicitações de maiores estudos, suas obras não começarão nessa primeira fase, e serão objeto  
102 de licenciamento em separado, solicitou ainda a contribuição do Ministério Público Federal, para o  
103 aperfeiçoamento do projeto, concluindo que esta obra é prioritária para o Governo do Estado e  
104 que gostaria que a mesma não fosse objeto de judicialização, para não prejudicar ainda mais a  
105 situação ambiental das lagoas. Após, o Promotor do Ministério Público Estadual - MPE, o Sr.  
106 Marcos Leal, falou sobre a transparência dos procedimentos que antecederam a celebração do  
107 TAC e das sugestões do GATE para a melhoria da eficiência do projeto, elogiou a participação  
108 dos técnicos da SEA e do INEA nas reuniões preparatórias, do texto final do TAC e passou a  
109 palavra para sua equipe do GATE destacar os principais pontos do TAC, que foi dividido em duas  
110 fases. A primeira fase se caracteriza pela disposição do material dragado em geobags dispostas  
111 em cavas no fundo da lagoa. Já a segunda verifica a possibilidade de disposição do material em  
112 terra, com análises hidrogeológicas, em áreas sem vegetação nativa e sem supressão de  
113 vegetação, ou seja, já seria uma área degradada. Concluiu, ressaltando que o TAC também  
114 estabelece compensações ambientais pelo uso da ilha e determina um diagnóstico de toda a  
115 bacia hidrográfica. Em seguida manifestaram-se ainda o Sr. Mário Pope, que a apresentou a  
116 empresa CRAF e dispôs sobre os estudos que foram feitos para a elaboração do projeto. O  
117 deputado Tio Carlos solicitou a participação proativa do MPF, com contribuições para a realização  
118 da obra, informou ainda que 25 deputados moram na reunião e são constantemente cobrados  
119 sobre as melhorias nas Lagoas e as cobranças sobre a CEDAE, para ajudar a implantação do  
120 sistema de esgotamento em toda a área de entorno das Lagoas. Ainda manifestaram-se a Sra.  
121 Livia o Sr. Renato Veloso e a Sra. Raquel da DT engenharia, que explicou o funcionamento e a  
122 importância da Unidades de Tratamento de Rios UTR's. Para finalizar o Sr. Claudino funcionário  
123 da CEDAE, esclareceu que não estava representando a empresa, mas fez questão de prestar  
124 informações sobre as intervenções que já foram e estão sendo feitas na região pela CEDAE. Por  
125 fim, o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às 23h10min. Nada  
126 mais tendo a informar, encerrei a presente Ata.

127  
128 Em 26/05/2015

129  
130  
131  
132 \_\_\_\_\_  
133 Mauricio Couto Cesar Junior  
134 Presidente da Mesa

135  
136  
137 \_\_\_\_\_  
138 Letícia Moraes do Rego  
Secretária da Mesa

\_\_\_\_\_  
Ana Cláudia dos Santos Campos  
Suplente da Secretária